

Redemocratização, controle civil e reação

EDUARDO HELENO DE JESUS SANTOS
ERIKA KUBIK COSTA PINTO
VAGNER CAMILO ALVES

RESUMO: Este artigo analisa a participação de militares de reserva em grupos de pressão política nos países do Mercosul. Estes grupos defendem o regime militar e ampliação do papel tutelar dos militares. O discurso destas entidades se caracteriza pelo anticomunismo e pelo ressentimento com a democracia. O surgimento desses grupos aparece como resposta às tendências de controle civil e às interações entre partidos e setores militares.

PALAVRAS-CHAVE: Argentina. Brasil. Grupos de Pressão Política. Militares da Reserva. Mercosul.



Redemocratización, control civil y reacción

EDUARDO HELENO DE JESUS SANTOS

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (2015), é professor adjunto do Instituto de Estudos Estratégicos (INEST/UFF) e docente do Programa de Pós Graduação em Estudos Estratégicos, da Defesa e da Segurança (PPGEST).
E-mail: eduardohelena@id.uff.br

ERIKA KUBIK COSTA PINTO

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (2019), é professora colaboradora do MBA em Estudos Estratégicos e Relações Internacionais (INEST-UFF) na área de Direito Internacional e Organizações Internacionais, leciona Direito Administrativo e Teoria Geral do Estado no Centro Universitário Serra dos Órgãos - UNIFESO.
E-mail: erikacpkubik@gmail.com

VAGNER CAMILO ALVES

Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ (2005) é professor associado do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (INEST/UFF).
E-mail: vcamil@id.uff.br

RESUMEN: Este artículo analiza la participación de militares de reserva en grupos de presión política en los países del Mercosur. Estos grupos defienden el régimen militar y el rol tutelar de los militares. El discurso de estas entidades se caracteriza por el anticomunismo y el resentimiento con la democracia. El fenómeno surge como respuesta hacia las tendencias de control civil y las interacciones entre los partidos políticos y los sectores militares.

PALABRAS CLAVE: Argentina. Brasil. Grupos de Presión Política. Militares Retirados. Mercosur.

RECEBIDO: 01/03/2022

APROVADO: 28/05/2022

1 Introdução

A história dos países que formaram originalmente o Mercosul é marcada, especialmente durante a Guerra Fria, pela intervenção dos militares na política. O retorno dos militares aos quartéis, ao longo da década de 1980, ocorre com diferentes graus de subordinação dos militares ao poder civil, com algumas especificidades na Argentina, no Brasil, no Paraguai e no Uruguai, seja pela maneira em que a transição foi realizada, seja pela interação entre o poder político e os militares no novo *status quo*.

Paralelo ao processo do novo enquadramento dos militares e das Forças Armadas como instituição na ordem democrática, com seus impasses e possibilidades, observamos a ocorrência de grupos de pressão política formados por militares da reserva, em especial na Argentina e no Brasil. Este artigo almeja identificar o que buscam esses militares neste novo tipo de ativismo político, em especial entre as décadas de 1980 e 1990. A atuação desses grupos sinaliza o controle civil ou a insubordinação dos fardados? De que maneira a atuação destes grupos de pressão política se relaciona com o sistema político-partidário?

Para isso, começaremos definindo o que é e como atua um grupo de pressão política. David Truman (1951) define como grupo de interesse qualquer coletividade que, na base de uma ou mais atitudes compartilhadas, faz certas reivindicações sobre outros grupos da sociedade para o estabelecimento, a manutenção ou o reforço de formas de comportamento inerentes às atitudes compartilhadas. A diferença de um grupo de interesse para um grupo de pressão se dá pelo método da ação coletiva, a pressão política sobre o governo. A pressão política pode ser feita por meio de sanções ou ameaças. Murilo Aragão, assim como Jean Meynaud (1966), destaca outros mecanismos de persuasão, como as campanhas de esclarecimento, informação e doutrinação, visando influenciar as decisões do governo (ARAGÃO, 1994, p. 37).

Meynaud (1966), em sua obra sobre os grupos de pressão política, sistematiza-os em duas grandes vertentes: os grupos de pressão política de vocação ideológica e as organizações patronais. Como estamos lidando com agrupamentos formados por militares da reserva com discurso anticomunista, esses podem

ser categorizados como grupos de pressão política com vocação ideológica.

Uma vez definido o que são grupos de pressão política, cabe-nos definir os grupos encontrados na Argentina, no Brasil, no Paraguai e no Uruguai. Como ponto inicial, devemos deixar claro que estes agrupamentos de militares não representam a totalidade das correntes existentes dentro das Forças Armadas ativas e, tampouco, na reserva. No entanto, a partir deles e de seus discursos podemos entender como questões relacionadas à redemocratização afetaram a instituição militar.

Como estes grupos atuam? Estes grupos revelam em comum a presença e liderança de oficiais de alto escalão, como generais e coronéis da reserva. O intervalo geracional de atuação destes oficiais, quando na ativa, abrange as décadas de 1930 a 1970, período no qual havia forte autonomia política das Forças Armadas, conjugado com um papel político dos militares como árbitros do jogo político. Muitos dos oficiais listados nestes grupos participaram da comunidade de informações e inteligência destes países.

Embora sejam majoritariamente constituídos por militares da reserva e simpatizantes civis, esses grupos acabam atuando, como ressalta Valentina Salvi (2010), como caixa de ressonância das tensões que ocorrem dentro dos quartéis. Levando em conta o aspecto geracional, podemos dizer que também são uma espécie de câmara de eco do período em que as Forças Armadas tinham proeminência política. Integrados por militares que vivenciaram períodos de crescimento da autonomia das Forças Armadas no plano político, a fenomenologia destes grupos é intrinsecamente reativa ao *status quo* com prevalência civil e dialoga com o relativo grau de afastamento das Forças Armadas da competição político-partidária e com a tendência de aumento do controle civil sobre os militares, nas décadas de 1980 e 1990, como aponta Santos (2015).

Embora tenhamos uma tradição de interpretação das Forças Armadas como grupo social, ou mesmo como grupo de pressão política, a investigação trazida aqui se depara com os militares da reserva, que não respondem oficialmente pela ativa, se articulando como grupos de pressão política. Isso traz algumas implicações: diferente da corporação militar, estes grupos tendem a

ser mais segmentados, ideologicamente conformados e não raro optam pelo radicalismo.

2 Autonomia militar, democratização e ativismo militar

A existência e o discurso dos grupos de pressão política aqui apresentados estão intrinsecamente ligados à participação das Forças Armadas na política, em especial nos períodos em que os militares estiveram no poder. Por sua vez, as intervenções militares estão vinculadas ao crescimento da autonomia política militar.

Esse processo de autonomização, que correrá em paralelo com a modernização das Forças Armadas, terá o seu primeiro marco, tanto na Argentina quanto no Brasil, a partir de 1930 e seguirá por meio século. No Paraguai, há um período curto de autonomia em 1936 e 1937 e, no Uruguai, o processo de autonomia se inicia em 1967, se aprofunda em 1973 e termina em 1985.¹

Samuel Alves Soares (2006) observa dois tipos de autonomia militar. A autonomia orientada para o poder político, como a existente no período entre 1946 e 1964 no Brasil (no qual podemos acrescentar como exemplo a Argentina desse mesmo período) e a autonomia autárquica, de cunho institucional, observada após a redemocratização.

Os militares ganharam autonomia e contaram com apoio de forças civis que legitimaram a ampliação do seu poder. Na falta de mediação política, os civis viram os militares como instrumento para contestação do *status quo*, o que abriu caminho para intervenções. Outro aspecto importante sobre a autonomia é que ela se amplia, em especial nos países latino-americanos, com a modernização das Forças Armadas. Embora de maneira superficial, a fórmula prevista por Samuel Huntington em *O Soldado e o Estado* (1957) se atém à necessidade de profissionalização e afastamento dos militares da política. A falta de respeito às regras democráticas por parte dos grupos civis e a utilização dos militares como

¹ O Paraguai, embora tenha vivido sob as ditaduras dos generais Higinio Morinigo (1940-1948) e Alfredo Stroessner (1954-1989), foi marcado, como veremos adiante, por Forças Armadas com pouca autonomia.

instrumento para maximização de seu poder fez com que o processo de profissionalização dos militares do Cone Sul, em vez de afastá-los da política, os aproximasse ainda mais.

A autonomia política dos militares se vincula, para o nosso estudo, a outro conceito, que é a sociedade pretoriana. Samuel Huntington (1975) define a sociedade pretoriana como resultado do aumento do grau de politização dos diversos grupos sociais e a falta de instituições capazes de mediar os conflitos. Em uma sociedade pretoriana, segundo o autor, as forças sociais se enfrentam cara a cara e normalmente ocorrem intervenções militares:

Cada grupo utiliza os meios que refletem sua natureza peculiar e suas capacidades. Os ricos subornam; os estudantes se amotinam; os operários fazem greve; as massas promovem manifestações e os militares efetuam golpes. As técnicas de intervenção militar são apenas mais dramáticas e eficientes que as outras porque, como diz Hobbes: “quando nada mais se apresenta, o trunfo é paus”. (HUNTINGTON, 1975, p. 208).

Com uma visão conservadora do processo político, Huntington distingue, dessa forma, as sociedades democráticas, nas quais o aumento da participação política abrandou os conflitos, das demais sociedades, em que esse mesmo aumento gerou mais conflitos e intervenções. Para Huntington, a natureza das intervenções tem relação direta com o grau de desenvolvimento das sociedades:

À medida que a sociedade muda, muda também o papel dos militares. No mundo da oligarquia, o soldado é um radical; no mundo da classe média, é um participante e um árbitro; à medida que a sociedade de massa desponta no horizonte, torna-se um guardião conservador da ordem existente (HUNTINGTON, 1975, p. 233).

Isso ocorre, seja por pressões internas, seja pelas pressões externas. Muitos oficiais que viveram em um período de autonomia política das Forças Armadas passam a viver, a partir da década de 1980, em um novo *status quo* com proeminência civil e não raro críticas à instituição e seus integrantes. Além disso, no novo arranjo democrático, as forças políticas de esquerda passam a ter

voz e voto. No estabelecimento do Estado de Direito, abriu-se a possibilidade de julgamento dos crimes ocorridos na ditadura.

A proscrição, na Argentina, e a extinção de partidos, no Brasil, deu condições para que políticos repensassem o apoio que costumavam dar aos militares. A ingerência e o controle do sistema político-partidário alimentaram processo gradativo de rejeição das elites políticas e intelectuais à atuação política das Forças Armadas. A reconstrução do sistema político partidário nesses dois países não resulta em uma acomodação entre os partidos e os militares.

Em que pese as trajetórias distintas de transição, por colapso na Argentina e por tutela, no Brasil, o poder civil busca assumir sua responsabilidade e suas limitações para a construção de um novo país. A responsabilidade estava ligada ao respeito às leis. E o reconhecimento das limitações jurídicas, à promoção e o fortalecimento das instituições dentro do marco legal. Esse controle foi legitimado pelo consenso entre as elites civis que o respeito às regras do jogo era fundamental para se evitar um retrocesso político.

Na Argentina, país em que o Congresso foi fechado por longos períodos, esse consenso teve a influência direta de Raul Alfonsín, liderança emergente da UCR. No Brasil, em especial, onde o Congresso havia sido um legitimador do regime autoritário, foram fundamentais para a mudança de percepção o crescimento da oposição e o racha dentro do partido governista, em especial após a derrota da Emenda Dante de Oliveira (REGO, 2008).

Em relação à justiça transicional, na redemocratização argentina, o Poder Judiciário, por décadas subordinado às Forças Armadas, passou a ter importante papel no rearranjo institucional. Esse papel resultou no julgamento das juntas e dos militares envolvidos em crimes de lesa-humanidade. Os processos judiciais que envolviam os militares passaram a ter duas instâncias: a primeira, no âmbito da Justiça Militar; e a segunda, nas Câmaras Federais, que poderiam atuar ou requerer agilidade do processo em qualquer momento, em suspeita de prevaricação.

Segundo Jorge Zaverucha (1994), com essa estratégia, o presidente Raul Alfonsín mostrava que se comprometia em não

denegrir a instituição militar e que se preocupava apenas em punir os delitos individuais. Além disso, “jogava a instituição contra os próprios membros, mantendo os militares politicamente divididos”. A deliberação serviu para a autodepuração das Forças Armadas, uma vez que os próprios militares decidiam quem deveria ser punido (ZAVERUCHA, 1994, p.100). Paralelamente, os tribunais civis passaram a ter independência para analisar e julgar os processos. A readequação dos poderes se deu por meio da efetiva subordinação dos militares ao controle civil.

No Brasil, a existência de uma fachada democrática, com a manutenção do Congresso, e a criação de um arcabouço legal ancorado na doutrina de Guerra Revolucionária, institucionalizaram o regime militar. A Justiça Militar seria a responsável por julgar civis e militares acusados de cometerem crime contra a Segurança Nacional. Com a transição gradual para a democracia, não se reproduziu uma justiça de transição para julgar os militares. Agravava o quadro, na percepção destes militares, as incertezas devido ao surgimento de novas forças políticas, em especial os movimentos sociais e os partidos de esquerda.

A relação entre a justiça, os militares e o poder político nos dois países tem relação também com os efeitos da guerra das Malvinas. A derrota inverteu a relação de poder na Argentina, dando aos civis, com alto apoio popular, maior capacidade de impor um novo *status quo*. Além disso, o fim do apoio norte-americano reduziu mais ainda o poder relativo dos militares na sociedade argentina, assim como no Brasil.

Neste aspecto, a agenda de Direitos Humanos passou a ter importante efeito na retomada civil do poder e no marco jurídico destes países. A ampliação dos direitos não se deu pelo esforço de guerra, mas pela erosão do poder político dos militares.

Diante desse quadro, militares da reserva passam a reagir. Entre 1984 e 2000, surgiram na Argentina seis grupos de pressão política formados por militares da reserva. No Brasil, surgiram, no mesmo período, vinte grupos deste tipo. A diferença do número de grupos nos dois países pode ser explicada tanto pelo maior número de militares no Brasil quanto pelos distintos contextos em que ocorreram o surgimento dos grupos.

No caso brasileiro, somente a ascensão e queda de Collor motivou a criação de dez grupos. Outro aspecto é que ao menos em relação aos grupos de pressão, os militares argentinos se organizaram de forma mais coesa, aproveitando a estrutura dos clubes militares de cada força. O quadro abaixo mostra os grupos de pressão política existentes no Cone Sul.

Quadro 1 - Grupos de pressão, formados por civis e militares da reserva no Mercosul, surgidos no período de redemocratização

	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
1	Famur - Asociación Familiares y Amigos de Muertos por la Subversión (1984)	Jornal <i>Letras em marcha</i> (1971/1984)*	Fóro de Generales y Almirantes (2011)	Legión Tenientes de Artigas (1964-2006)
2	Asociación Unidad Argentina- Aunar (1993)	Associação Brasileira de Defesa da Democracia (1985)		Grupo Unidos por la Libertad de los Prisioneros Políticos / En Voz Alta (2006)
3	Foro de Generales Retirados (1996)	União Nacional de Defesa da Democracia (1987)		Foro Libertad y Concórdia (2010)
4	Grupo de Almirantes Retirados (1998)	Jornal <i>Ombro a ombro</i> (1988)		
5	Grupo de Brigadieres Retirados (1998)	Grupo Independente 31 de Março (1988)		
6	Unión de Promociones (2005)	Grupo Anhaguera (1989)		
7		Grupo Guararapes (1991)		
8		Centelha Nativista (1964/1994)		
9		Conselho de Mobilização Nacional (1992)		
10		Grupo Farroupilha (1992)		
11		Grupo Inconfidência (1992)		
12		Grupo Araucária (1992)		
13		Grupo Potiguar (1993)		
14		Grupo Cabanos (1993)		
15		Grupo Bandeiras (1993)		
16		Instituto Catavento (1994)		
17		Grupo Estácio de Sá (1994)		
18		Grupo Catarina (1996)		
19		Grupo Terrorismo Nunca Mais (1998)		
20		Grupo Quero-Quero (2001)		

*Publicação fundada em 1971, mas que atuou como grupo de pressão política entre 1984 e 2000.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Note-se praticamente a ausência de grupos similares no Paraguai e no Uruguai entre as décadas de 1980 e 1990. Esse comportamento resulta das interações entre os partidos políticos, a sociedade, as Forças Armadas em geral e os militares em particular (SANTOS, 2015). O enraizamento dos partidos tradicionais nesses dois países vizinhos permitiu um canal de negociação entre os oficiais e as lideranças políticas.

No caso paraguaio, tanto a guerra civil de 1947 quanto a chamada *unidad granítica* da ditadura Stroessner (1954-1989) criaram fortes laços entre a oficialidade e o Partido Colorado. A redemocratização feita a partir de um golpe de Estado em 1989, foi construída com a liderança do general Andres Rodriguez e forte apoio das facções militares e coloradas que se distanciaram de Stroessner. As Forças Armadas e o Partido Colorado, que eram a base da ditadura *stronista*, passaram a ser o fiel da balança na redemocratização.

Em relação à justiça de transição, a manutenção do pacto militar-colorado fez com que, em um primeiro momento, a responsabilidade pelos crimes ocorridos na ditadura recaísse diretamente no general Stroessner e em autoridades civis e policiais próximas ao ex-ditador, como Pastor Coronel (chefe de Polícia) e Sabino Montanaro (ex-ministro do Interior). Na redemocratização paraguaia, nem as Forças Armadas, nem o Partido Colorado, seriam afetados pelas investigações.

Outro aspecto importante é a interação entre facções coloradas e os militares, centralizada na figura do general Lino Oviedo, que tenta um golpe em 1996 e depois vem a criar o seu próprio partido, a União Nacional dos Cidadãos Éticos (UNACE). Nesta legenda convergem os militares da reserva e uma parcela dos militantes colorados. Essa acomodação das Forças Armadas e do Partido Colorado explica o surgimento da UNACE como partido e a ausência de grupos de pressão política formados por militares da reserva até 2008.

Somente depois que a hegemonia dos colorados foi ameaçada, com a vitória de Fernando Lugo, da Frente Guasu, dentro do contexto da vitória de partidos de esquerda na América Latina e de reafirmação das políticas de Direitos Humanos, os militares da reserva passam a constituir grupos de pressão política, o *Foro de Generales y Almirantes*.

No caso uruguaio, a retomada negociada da centralidade do sistema político-partidário, com o pacto do Club Naval em 1983, permitiu que o Partido Colorado voltasse ao poder, sendo depois sucedido pelo Partido Blanco. A cultura civilista e democrática da sociedade uruguaia e a tradição de moderação desses partidos haviam criado laços entre a oficialidade e estes dois partidos.² Embora o regime militar tenha afetado duramente o papel dos partidos políticos, a redemocratização acabou permitindo uma nova acomodação entre as Forças Armadas e os principais partidos.

Em relação à justiça de transição, a aprovação da Lei de Caducidade acabou diminuindo as tensões dentro dos quartéis. Será a partir da renovação da agenda de Direitos Humanos na década de 2000, na vigência do governo da Frente Ampla, que os militares da reserva vão se organizar em grupos de pressão política, com o aparecimento da *Legión Tenientes de Artigas*, do *Grupo Unidos por la Libertad de los Prisioneros Políticos* e do *Foro Libertad y Concórdia*.

Nos deteremos, a partir de agora, na fenomenologia dos grupos de pressão política, formados por militares da reserva e civis, na Argentina e no Brasil.

3 Militares da reserva e grupos de pressão política na Argentina

Familiares y amigos de los Muertos por la Subversión - A Famus, criada ao final da década de 1970, passa a atuar como grupo de pressão política em 1983, antes das eleições nacionais. Foi organizada por mães de militares mortos em confronto com as guerrilhas³ e suas atividades passaram a atrair militares da ativa e da reserva. Em seus anos de maior expressão, a Famus chegou a contar com a adesão dos generais e ex-ditadores Jorge Rafael Videla, Roberto Marcelo Levingston e Roberto Viola. A Famus reivindicava a

2 Um dos principais líderes da Frente Ampla, o general Liber Seregni, havia sido colorado, assim como a maioria dos oficiais do Uruguai.

3 A entidade foi criada por Leonor Barceló e Hebe Susana Solari de Berdina, mulheres que perderam seus filhos nos enfrentamentos entre o Exército e a guerrilha ERP, em 1975, em Tucumán.

defesa dos Direitos Humanos como uma resposta às organizações de esquerda e entidades como as Mães e Avós da Praça de Maio (EL RECUERDO..., 2002). Seu principal método para sensibilizar civis e militares e pressionar o governo Alfonsín era a realização de missas, inicialmente em Buenos Aires e mais tarde em importantes cidades argentinas, com a participação de civis, militares da ativa e da reserva. No contexto da redemocratização argentina, a Famus contou com apoio de militares do Serviço de Inteligência do Exército (SIDE), assim como de militares ligados ao serviço religioso. Nas palavras do general Martin Balza, ex-comandante do Exército argentino na década de 1990, a Famus:

Organizava missas de indubitável conteúdo ideológico e político das quais participavam militares de uniforme e civis, e se escutavam vivas a Videla. Em algumas oportunidades, ordenou-se a participação de cadetes do Colégio Militar. Isso se fez rotina e não ocultava uma clara intencionalidade reivindicatória daquilo que ocorreu na luta contra a subversão, utilizando politicamente a memória de nossos mortos. As missas finalizam com o canto católico “Salva ao povo argentino”, coroado com fervor por conhecidos generais acusados por violação dos Direitos Humanos, e que se esqueceram de que a adesão ao Nosso Senhor e à Sua mensagem não é ideológica nem política (BALZA, 2011, p. 267).

Segundo Joaquim Morales Sola (1984), entre os participantes dos cultos da Famus era comum a presença do chamado “núcleo duro”, um grupo de trinta generais que tiveram importantes cargos na ditadura. Estes oficiais, já na reserva, chegaram a redigir manifesto que circulou dentro do Exército, com críticas aos generais da ativa. Sola ressalta que tanto o governo Alfonsín quanto os militares da reserva (por meio da Famus) buscavam a simpatia dos quadros intermediários e inferiores das Forças Armadas diante de um quadro de desprestígio político dos militares e insegurança jurídica dentro das casernas. Na batalha por corações e mentes dentro das Forças Armadas, que opôs o governo e os velhos generais, o alvo eram os oficiais mais jovens:

[...] No fundo, entre o governo e os militares da reserva se dá uma batalha fundamental: conseguir a simpatia dos quadros intermediários e inferiores das Forças Armadas. Estes setores veem com suspeita e crítica ao governo, mas não são menos duros para julgar seus chefes anteriores. A administração do presidente Alfonsín parece haver conseguido por hora a adesão até o nível relativo de coronel; até aí (os militares) entendem os conflitos políticos do poder civil e se baseiam nas experiências frustrantes das Forças Armadas no poder. Abaixo de tais postos, a estrutura militar se mobiliza fundamentalmente por três razões: o desprestígio público, a situação salarial que provocou inúmeras baixas e a insegurança jurídica. [...] Esses quadros falam depreciativamente também de seus velhos generais: eles nos levaram a essa situação e não nos permitiremos que nos levem a outro fracasso. (SOLA, 1984, p. 14 - 15)

Além dos rituais, a Famus, como grupo de pressão política, também elaborou pronunciamentos e documentos a favor das operações feitas pelos militares durante o Processo de Reorganização Nacional (CAMACHO, 2008). A argumentação tinha como base documentos oficiais das Forças Armadas, em especial o *Documento Final Sobre a Guerra Contra a Subversão e o Terrorismo*, elaborado pela Junta Militar e difundido em 28 de abril de 1983. O grupo passou também a publicar, em 1987, uma revista, a *Tributo*, na qual tentava justificar ações do governo militar e desqualificar os integrantes das organizações de luta armada. Valentina Salvi (2010, p. 01) aponta que dias antes da Semana Santa de 1987, quando a Argentina seria sacudida pela rebelião dos carapintadas, a Famus fez uma manifestação simultânea a um ato das Mães da Praça de Maio, reivindicando o “fim da perseguição aos militares que defenderam a nação”.

German Ferrari (2009) sustenta que a Famus obteve mais atenção por seus discursos do que atração do público. A entidade acabou se desfazendo em 1991, já no governo de Carlos Menem, devido aos indultos concedidos aos militares pelo presidente. No entanto, ao longo dos dois mandatos, Menem veria surgir outros grupos de pressão política vinculados aos militares.

Em 1993, foi fundada pelo general da reserva Fernando Exequiel Verplaetsen,⁴ a *Asociación Unidad Argentina* (AUNAR). O papel da AUNAR como grupo de pressão política se tornou mais evidente em 1995, quando as denúncias de ex-militares revelaram a participação de Verplaetsen na tortura e desaparecimentos de presos políticos.⁵ Outra polêmica veio em abril de 1995, quando, em um pronunciamento histórico no programa de TV *Tiempo Nuevo*, o comandante do Exército, general Antonio Balza, assumiu publicamente parte da responsabilidade pelos erros cometidos no passado, sendo secundado, dias depois, por declarações semelhantes de seus pares na Marinha e na Aeronáutica.

Acuada pelas denúncias e pela autocrítica de Balza, a AUNAR preparou uma série de documentos para justificar os atos cometidos no passado. A memória sobre as mortes cometidas pelas guerrilhas no último período peronista serviu como base para o a série em fascículos *Recordando crimes e atos de barbárie executados pela delinquência subversiva com anterioridade a março de 1976*. Em 1998, a entidade lançou o livro *Subversión, la historia olvidada*, no qual mostram o grau de violência que havia no país antes do Processo de Reorganização Nacional (AUNAR, 1998, p.184-185).⁶ Ainda como resposta à autocrítica de Balza, 200 dos 305 generais em situação de reserva criaram, em 4 de dezembro de 1996, o *Foro de Generales Retirados*. Inicialmente, o grupo foi presidido pelo general Augusto Jacinto Bruno Alemanzor. Este grupo de pressão contava com oficiais-generais formados no Colégio Militar da Nação entre 1924 e 1964, muitos deles atuantes na repressão durante o Processo de Reorganização Nacional, e incluía oficiais da reserva ligados à AUNAR. O *Foro* passou a difundir comunicados e documentos em defesa da memória da ditadura e como

4 Entre 1976 e 1977, Verplaetsen foi responsável pelo Departamento de Inteligência do Comando de Institutos Militares do Campo de Maio. Entre suas funções estava a direção da Casita, um dos quatro Centros Clandestinos de Detenção do Exército organizados durante o Processo de Reorganização Nacional.

5 Em 2010, Verplaetsen foi condenado a 25 anos de prisão por crimes cometidos na ditadura.

6 Segundo os autores, entre 1969 e 1976 ocorreram 21.649 “atos subversivos”; em 1974, houve 21 tentativas de tomada de quartéis, 466 atentados com explosivos, 16 roubos de grandes valores, 117 pessoas sequestradas e 110 assassinadas; em 1976, houve uma escalada da violência, com 600 sequestros e 646 assassinatos.

contraponto à postura de enfrentamento do passado estimulada por Balza. Segundo seus integrantes, o *Foro* foi criado pela necessidade de esforço solidário que possibilitasse a reivindicação institucional das Forças Armadas ante a natureza e características da “crise militar” que perdurava no país desde 10 de dezembro de 1983 (FORO, 2004, p. 70).

Segundo Paula Canelo (2011), a escolha de Balza por parte de Menem se fez por seu perfil político, por não ter atuado na linha de repressão e por estar equidistante das frações internas do Exército. Em seu mandato como comandante do Exército, Balza não somente teve de conter os militares da ativa, mas frear o projeto de anulação da lei de anistia e sensibilizar o Congresso para a promoção de oficiais de sua escolha.

Em 2000, já na presidência de Fernando de La Rúa, ocorre um caso sem precedentes. O ex-comandante do Exército foi expulso do Centro Militar. Como integrantes do Centro Militar, como é conhecido o Clube Militar argentino, os oficiais do FGR acabaram tendo papel decisivo na expulsão do general Martin Balza daquela associação. Em suas memórias, Balza revela como generais da reserva que lhe faziam oposição reuniram 500 dos 18 mil associados para aprovar sua expulsão. Estavam presentes na votação os generais de divisão Luciano Benjamín Menendez, Santiago Omar Riveras, Llamil Reston e Albano Harguindeguy, oficiais que tiveram importante papel no Processo de Reorganização Nacional (BALZA, 2011).

Cabe lembrar que grupos semelhantes foram constituídos nas demais forças. Em 1998, como reação à prisão do almirante Emilio Massera, da Junta Militar argentina, 83 dos 93 almirantes da reserva aprovaram a criação do Foro de Almirantes Retirados, cuja presidência coube ao vice-almirante Carlos Torlaschi.⁷ Os generais da Aeronáutica criaram, por sua vez, o *Foro de Brigadieres Retirados*. Com atuação mais discreta, a entidade teve como primeiro presidente o brigadeiro Jorge Rojas Silveyra, que foi atuante antiperonista na década de 1950.

7 Esta associação recriava uma entidade pouco conhecida que funcionou na Marinha argentina em 1987, o *Grupo de Apoyo de Oficiales Superiores de la Armada*, que durante o governo Alfonsín buscou defender e dar apoio aos oficiais e contava com almirantes que serviram entre 1975 e 1981.

As entidades aqui estudadas se inserem na disputa pela memória e pelas narrativas sobre o passado recente. Nessa luta por hegemonia estava em jogo a aceitação da justificativa sobre os crimes cometidos na repressão, a relativização dos cânones narrativos dos opositores, a retomada do *status* e a diminuição da perda de influência dentro da própria instituição diante das gerações mais jovens. O direcionamento de todas estas questões implica em diferentes consequências no campo político, social, jurídico, institucional e estratégico. De certa forma, elas revelam, em seus discursos, o ressentimento de militares com o controle civil estabelecido pelo poder político na Argentina.

4 Militares da reserva e grupos de pressão política no Brasil

Desde a redemocratização, militares da reserva e civis passaram a organizar grupos de pressão política para mobilizar a opinião pública contra os governos constituídos. O processo de retorno à democracia brasileiro, diferentemente do argentino, é marcado pela tutela. Porém, o maior controle dos militares sobre a redemocratização, em que pese ter definido uma transição de mais de dez anos (1974 - 1985), não diminuiu as inquietações dos setores mais radicais com um possível revanchismo. A desconfiança é ampliada após o colapso do regime militar e o julgamento dos militares na vizinha argentina. Para se ter uma ideia, já em 1984, o Centro de Inteligência do Exército, por meio de seu informe 1718/1984, alertava que “as organizações clandestinas já estariam preparando uma relação de mortos e desaparecidos da ‘época da repressão’, bem como uma lista dos principais responsáveis, civis e militares” (SANTOS, 2015, p. 282).

Na campanha das eleições indiretas daquele ano, o general Iris Lustosa, do Centro de Inteligência do Exército, coordenou uma operação para deslegitimar Tancredo Neves. Conhecida como Operação Bruxos, seus expedientes variados incluíam a divulgação de artigos de opinião no tabloide militar *Letras em Marcha*, pichações no Congresso, associando Tancredo ao comunismo, entre outras atividades (FILHO; TOGNOZZI; DIAS, 1987; DREIFUSS, 1989; SANTOS, 2015).

As atividades políticas do Centro de Inteligência do Exército continuaram no ano seguinte. Em 1985, foi criada em Brasília a Associação da Defesa da Democracia (ABDD), composta por 21 militares da ativa, dez da reserva e 14 civis. Dos 31 militares, 17 eram coronéis, e destes coronéis oito havia realizado o curso de Informações. Estes militares tinham profunda ligação com o CIE: o coronel Audir Maciel foi ex-comandante do Doi-Codi; o coronel Agnaldo Del Nero Augusto, chefe do Departamento de Subversão; o coronel José Augusto da Silveira Andrade Netto, chefe do Departamento de Propaganda e Contrainformação; o coronel Rosalindo Hernanes Candia, ex-assessor do general Iris Lustosa; o coronel Jorge Carlos Porto Alegre Rosa, ex-assessor do Presidente João Figueiredo. No registro oficiais da entidade, todos esses oficiais aparecem com profissões civis.

O grupo mantinha a revista *Ponto de Vista* e o boletim *Aparte*. Cópias deste boletim eram inclusive distribuídas pela Secretaria de Imprensa da presidência (SNI, 1985). Os artigos eram marcados pelo anticomunismo. Um deles, buscava denunciar um suposto plano de doutrinação marxista que teria surgido no Brasil após 1974. Não raro, eram reproduzidos textos de autores conservadores. O grupo chegou a ser presidido pelo embaixador José Osvaldo Meira Penna, o que mostra uma aliança entre setores extremistas do Exército a conservadores do Itamaraty.

A ABDD tentou a formação de um eixo militar-industrial e militar-rural, para buscar dar ressonância às suas posições. Ainda de acordo com René Dreifuss, essa extrema-direita criou um ariete militar contra o governo, a Constituição e as esquerdas, na figura do ex-presidente João Figueiredo. O objetivo era “fustigar as posições governo, modelar a opinião pública e condicionar a tropa, tendo em vista o desfecho constitucional e a sucessão de Sarney” (DREIFUSS, 1989, p. 174). Na percepção do general Geisel (DREIFUSS, 1989) a extrema direita militar, em conjunção com a civil, estaria insuflando a atuação e as aparições públicas do ex-presidente João Figueiredo, como também a criação da ABDD.

Em 1988, o grupo passou a ser chamado de UNDD e mudou sua sede para o Rio de Janeiro. Esta mudança visava mudar a imagem do grupo, associada a pretensões golpistas. No entanto,

as inquietações que motivavam seus integrantes eram as mesmas. Em um dos discursos do brigadeiro Marcio Coqueiro, secretário da UNDD, feito nas comemorações do 31 de março em São Paulo, o oficial reitera o alerta contra o “uso revolucionário do Parlamento”, pelas “minorias extremadas da esquerda na Constituinte, habilmente instaladas em pontos chaves da Comissão de Sistematização”. Para Coqueiro, “a tônica socializante permanece inalterada” (SNI, 1988a).

Note-se que as ideias circulavam tanto entre a UNDD quanto no SNI. O texto completo do discurso do Brigadeiro Coqueiro foi enviado pelo general Henrique Carlos de Assumpção Cardoso para o ministro-chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes. No dossiê ACE 066409/88 consta, ao final da transcrição do discurso, uma anotação do general Ivan:

Agradeço a atenciosa remessa do texto do discurso pronunciado pelo Brig. Coqueiro no dia 31 de março!! Nossas preocupações e inquietudes são as mesmas dos companheiros e procuro manter a cabeça fria e a mente lúcida para encontro o rumo certo para superarmos nossas dificuldades enormes. Devemos manter-nos unidos em torno de nossos ideais. Um abraço cordial do Ivan. (SNI, 1988a, [s.p.]

Em outro documento, intitulado *Alerta à Nação em Defesa da Democracia*, de julho de 1988, de autoria do general Henrique Assumpção, eles criticam aspectos da Constituinte, como a supressão de qualquer tipo de censura, a “extensão irresponsável do direito de greve aos trabalhadores de serviços essenciais e aos funcionários públicos”, o aumento do prazo de licença remunerada da gestante etc. Na pré-dica do documento, havia a ideia de que haveria um golpe em andamento, perpetrado pela esquerda. Em vários documentos analisados de outros grupos, a palavra “alerta”, e o medo do avanço das esquerdas é uma constante, assim como o chamado à ação (SNI, 1988b).

Em 1988, passa a circular o jornal *Ombro a Ombro*, criado e editado pelos coronéis da reserva Pedro Schirmer e Antonio Gonçalves Meira. Este jornal, que circulou até 2004, ano da morte de Schirmer, é importante fonte das opiniões emitidas pelos grupos de pressão política. Assim como o *Letras em Marcha*, o *Ombro a Ombro* era enviado para comandantes de unidades. O jornal

apoiou a campanha de Fernando Collor à presidência da República em 1989 e não raro tecia críticas aos partidos de esquerda.

Também em 1988 é criado o Grupo Independente 31 de março, composto por integrantes da UNDD e por colaboradores do *Letras em Marcha* e *Ombro a Ombro*. Imersos na lógica anticomunista, o objetivo do grupo era uma “luta sem trégua contra os comunistas, os ‘progressistas’ e contra a corrupção, como também uma possível colaboração ao melhor candidato à presidência da República.” Um dos itens do seu plano estratégico “era manter as Forças Armadas fora da campanha, mas informadas acerca da evolução dos acontecimentos” (SNI, 1989). Entre seus integrantes, estava o brigadeiro da reserva Marcio Coqueiro; o general Sebastião Ramos de Castro, oficial do SNI no governo Médici; o coronel da reserva Gustavo Eugênio de Oliveira Borges, insurgente na revolta de Aragarças, entre outros.

Esses grupos se mobilizaram favoravelmente à candidatura de Fernando Collor de Melo. E embora Collor tenha vencido, suas decisões afetaram a comunidade de inteligência, ao extinguir o já combalido SNI. A reação dos militares da reserva se dará pela criação do grupo Guararapes, com sede em Fortaleza. Esse grupo de pressão política será liderado pelo general da reserva Francisco Batista Torres de Melo, e contará com a anuência de generais da ativa e da reserva e oficiais das três forças. Uma de suas formas de ação (e pressão) consistia no envio de cartas e manifestos a jornais de grande circulação.

Embora os primeiros manifestos tenham pontuado problemas gerais, com a questão dos valores, do nacionalismo, ou relacionadas aos militares, o grupo vai gradativamente mudando a orientação. A partir de 1993, período que sucede o *impeachment* do presidente Fernando Collor, o grupo radicalizou o seu discurso, conforme aponta dossiê nº77039/94 da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE,1994), deixando transparecer que não mais confia nas instituições nacionais e apontando, como desfecho da crise, uma revolução, como forma de resgatar os valores nacionais.

Entre 1991 e 1993, período que marca o início do processo de *impeachment* de Fernando Collor e o início do governo interino de Itamar Franco a reação dos militares da reserva resultou na

criação de oito grupos de pressão política. O Clube Militar no Rio de Janeiro será o local para onde convergem esses militares, que passam a se reunir para discutir a conjuntura política. Nas páginas do jornal *Ombro a Ombro*, passam a ser veiculados os manifestos com posições que variavam entre a defesa da democracia e a imposição de um golpe.

Em 1993, o Grupo Guararapes enviou ao presidente Itamar Franco um manifesto pedindo que ele convocasse as Forças Armadas e, por um ato institucional, interviesse nos demais poderes. No mesmo mês, o Movimento de Salvação Nacional distribuiu por todo o país um *fax* no qual pedia a renúncia de Itamar Franco, a instauração de um triunvirato militar, o fechamento do Congresso e a convocação de uma Assembleia Constituinte (SANTOS, 2015).

Vale destacar que após o *impeachment* de Collor, o general Torres de Mello, do grupo Guararapes, acaba sendo convidado pelo presidente em exercício, Itamar Franco, para fazer parte da Comissão Especial de Inquérito que iria investigar os crimes da administração anterior. No curto governo provisório de Franco, militares da ativa e da reserva são convocados para ocupar o novo gabinete, como o almirante César Flores (Secretaria de Assuntos Estratégicos), o general Romildo Canhim (Secretaria de Administração Financeira) e coronel Wilson Romão (Polícia Federal).

A crise do *impeachment* também amplia o anseio dos integrantes de vários grupos espalhados pelo país em constituir uma bancada militar. Entre os candidatos à presidência da República, há o apoio à chapa Enéas Carneiro/Roberto Gama, do Prona, que nas eleições acaba em terceiro lugar, superando Orestes Quercia (PMDB) e Leonel Brizola (PDT). No entanto, o resultado geral dos candidatos militares, dispersos em várias legendas, é pífio. Neste ano surgem o Grupo Estácio de Sá, liderado pelo general da reserva Hélio Ibiapina de Lima, e o Grupo Centelha Nativista, que fora atuante e apoiara o governo Costa e Silva em 1969 e que retornava agora, repaginado pelo general da reserva Hélio Lemos.⁸

8 Outro grupo, que se difere de todos os demais, é o Instituto Catavento, liderado pelo coronel da reserva Péricles da Cunha e com uma visão menos radical do processo político e mais crítico em relação ao próprio Exército.

A fragmentação destes grupos de pressão política é um tanto aparente. Há oficiais que participam simultaneamente de vários grupos, como o brigadeiro da reserva Marcio Leal Coqueiro ou o general da reserva Hélio Ibiapina de Lima.

A questão da batalha pela memória se torna mais aparente a partir da política de Direitos Humanos e da política Nacional de Defesa durante o mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Com a criação da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, esses grupos de pressão se posicionam tanto em relação à política de reparação por meio de indenizações a anistiados políticos quanto às novas denúncias sobre crimes ocorridos na ditadura.

Em 1995, uma reportagem do jornal *The Guardian* revela que o adido militar do Brasil em Londres, o coronel Armando Avólio, havia participado, quando era tenente, de sessões de tortura no 1º Batalhão de Polícia do Exército. O presidente acabou exonerando o oficial, o que causou a reação entre os militares da reserva. O caso Avólio se tornou assunto do jornal *Ombro a Ombro*, e de manifestações de apoio por grupos como o Estácio de Sá.

Outro caso que chamou a atenção foi a retomada, em 1996, da investigação sobre a morte do ex-presidente Juscelino Kubistchek. Em reação, o grupo Inconfidência, de Belo Horizonte, distribuiu folhetos e jornais pela cidade denunciando o governo (SANTOS, 2015).

A mobilização dos militares da reserva, diante do alerta de um suposto revanchismo, será continuada pela criação de novos grupos de pressão política, e o uso de novos canais para persuasão do público. Com a vitória do general Ibiapina nas eleições do Clube Militar em 1996, a entidade se tornará, assim como seu congênere argentino, uma trincheira na batalha pela memória do regime militar. A Revista do Clube Militar passa a publicar artigos sobre o regime militar e o general Ibiapina recebe o apoio do ministro do Exército Zenildo Zoroastro de Lucena pela iniciativa (SANTOS, 2009). Nesse período são criados o grupo Catarina (1996), com sede em Florianópolis, e o Terrorismo Nunca Mais - Ternuma (1998), com sede no Clube Militar no Rio e em Brasília. O Ternuma manterá um site com informações sobre os ex-militantes da esquerda armada, buscando ser um contraponto à entidade Tortura Nunca Mais, formada por vítimas da repressão.

A mobilização da extrema-direita militar pela memória de 1964 também estará presente na coleção de História Oral do Exército, que conta com os depoimentos de militares e civis que integraram o regime. A aprovação desta publicação foi um dos últimos atos do então ministro do Exército, cargo que deixa de existir com a criação do Ministério da Defesa.

5 Conclusão

O mito de Cincinato, o general romano que assume a ditadura e volta aos campos depois de controlada a crise, talvez permita uma boa compreensão da motivação destes grupos de pressão política. Formados por oficiais que vivenciaram o período de grande autonomia política dos militares, estes grupos de pressão política transmitem em seus discursos uma lógica de tutela militar sobre a democracia, e de superioridade dos fardados em relação aos civis.

Diferentemente das décadas anteriores, nas décadas de 1980 e 1990, esses militares não tinham mais o apoio das lideranças políticas e a legitimação e o prestígio que a instituição recebia. Para eles, só havia o ressentimento. Os grupos aqui analisados são frutos desse processo de afastamento das Forças Armadas da política. No caso da Argentina e do Brasil, eles reagem às tentativas do poder civil em impor subordinação aos militares.

O surgimento e atuação deles de certa maneira sinaliza as tendências de controle civil nos países da região e a gradativa perda de autonomia que os militares tiveram a partir da década de 1980. Na Argentina, onde os militares perderam o prestígio após a derrota na Guerra das Malvinas, o poder político civil pode, mesmo com certas limitações, avançar na subordinação. No Brasil, onde a transição foi tutelada pelos militares, o poder político encontrou mais resistência para se impor. Os grupos de pressão política aqui apresentados se configuram como parte desta resistência ao controle civil e ao avanço das esquerdas.

Outro aspecto é o relativo isolamento político desses militares. A mudança do sistema político-partidário e o pouco diálogo com os partidos hegemônicos indicam que esses militares não possuíam canal de comunicação junto às legendas para defender seus pleitos. Isolados, defendiam uma solução mais radical à política.

A existência de uma justiça de transição na Argentina impôs a punição aos responsáveis pelos crimes cometidos na ditadura e a uma reavaliação do papel das Forças Armadas e dos militares por parte da sociedade. A criação dos grupos de pressão política por militares da reserva naquele país voltava-se principalmente à recuperação do *status* social dos militares e à revisão do papel da instituição militar.

No Brasil, onde não houve uma justiça de transição, a possibilidade de um rumo parecido com a Argentina era uma preocupação constante dos militares da reserva que se organizaram em grupos de pressão política. Diante da possibilidade de perda do *status quo* e de julgamento dos crimes, os militares da reserva ampliavam o alarmismo em relação à esquerda e às mudanças que poderiam ocorrer na política. De certa maneira, os grupos brasileiros traduzem uma permanente ambição de intervenção política por parte dos militares, que variava entre a vigilância constante às ameaças da quebra da ordem.

A ausência de uma política laudatória aos militares nesses dois países ao longo das décadas de 1980 a 2000, permite inferir que houve pouca influência destes grupos no processo político partidário. As Forças Armadas não eram mais retratadas nos meios hegemônicos como o fiel da balança das crises políticas e, embora surgissem vivandeiras de ocasião, os próprios representantes da ativa evitavam a politização e a cooptação. Em particular, certo extremismo do discurso destas entidades aponta mais fraqueza e isolamento do que capacidade de ameaça.

No entanto, mesmo com essas limitações, estes grupos de pressão política acabam tendo o potencial de influenciar gerações futuras de oficiais por sua prédica anticomunista e de loas ao regime militar. Há de lembrar, no caso a profunda interação entre os militares da reserva que organizaram estes grupos com os serviços de informações.

Ao inserir o estudo da fenomenologia destes grupos de pressão política nos estudos sobre a transição, controle civil e redemocratização, buscamos ampliar o leque de atores para melhor compreensão das tensões existentes entre civis e militares nos países da região.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, M. **Grupos de pressão no Congresso Nacional**: Como a sociedade pode defender licitamente seus direitos no poder legislativo. São Paulo: Maltese, 1994.

AUNAR – Asociación Unidad Argentina. **Subversión la história olvidada**. Buenos Aires: AUNAR, 1998.

BALZA, M. **Mi história argentina**. Buenos Aires: Norma, 2011.

CAMACHO, F. Memórias enfrentadas: reacciones a los informes Nunca Más de Argentina y Chile. **Persona y Sociedad**, v. XXII, n.2, p. 34 - 56, 2008.

CANELO, P. Consideraciones sobre la subordinación de las Fuerzas Armadas argentinas durante los años noventa. In: PUCCIARELLI, A. (coord.). **Los Años de Menem**: La construcción del orden neoliberal. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2011. p. 78 – 91.

DREIFUSS, R. A. **O jogo da direita**. Vozes: Rio de Janeiro, 1989.

EL RECUERDO de los caídos en acciones terroristas. **La Nación**, Buenos Aires, 30 de abril de 2002. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/392846-el-recuerdo-de-los-caidos-en-acciones-terroristas>. Acesso em: 26 jul. 2022.

FERRARI, G. **Símbolos y fantasmas**: Las víctimas de la guerrilla, de la amnistía a la “justicia para todos”. Buenos Aires. Sudamericana, 2009.

FILHO, E., TOGNOZZI, M., DIAS, E. Linha-dura do Exército se une para fazer política. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 18 out. 1987.

FORO DE GENERALES RETIRADOS, **Las Fuerzas Armadas y la crisis militar**. Buenos Aires: Edivern, 2006.

HUNTINGTON, S. **A ordem política nas sociedades em mudança**. Rio de Janeiro; São Paulo: Forense Universitária; EdUSP, 1975.

MEYNAUD, J. **Os grupos de pressão**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1966.

REGO, A. C. P. **O Congresso Brasileiro e o Regime Militar (1964-1985)**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SALVI, V. Violencia, olvido y victimización colectiva: El discurso de las agrupaciones de “Memoria Completa”. In: SEMINARIO DE POLÍTICAS DE LA MEMORIA, 3. [s.l.]: [s.n.], Oct. 2010. Disponível em: http://www.derhuman.jus.gov.ar/conti/2011/10/mesa_24/salvi_mesa_34.pdf. Acesso em: 17 fev. 2021.

SAE – Secretaria de Assuntos Estratégicos, **Arquivo Cronológico de Entrada (ACE)** n°77039/94, 10 de agosto de 1994, [s.l.]: [s.n.], 1994.

SANTOS, E. H. J. **Extrema-direita volver!** Os grupos formados por civis e militares da reserva. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

_____. **Grupos de pressão política formados por militares da reserva no Mercosul.** Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

SNI - Serviço Nacional de Informação. **Arquivo Cronológico de Entrada (ACE) nº010134/85**, 07 de agosto de 1985. [s.l.]: [s.n.], 1985.

_____. **Arquivo Cronológico de Entrada (ACE) nº066409/88**, de 21 de junho de 1988. [s.l.]: [s.n.], 1988a.

_____. **Arquivo Cronológico de Entrada (ACE) nº067428/88**, 08 de setembro de 1988. [s.l.]: [s.n.], 1988b.

_____. **Arquivo Cronológico de Entrada (ACE) nº072519/89**, 25 de outubro de 1989. [s.l.]: [s.n.], 1989.

SOARES, S. A. **Controle e autonomia:** As Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999). São Paulo: EdUnesp, 2006.

SOLA, J. M. Panorama político. **Clarín**, [online], 28 out. 1984.

TRUMAN, D. B. **The Governmental Process:** Political Interests and Public Opinion. Nova York: Alfred A. Knopf, 1951.

ZAUERUCHA, J. **Rumor de Sabres:** Tutela Militar ou Controle Civil? São Paulo: Ática, 1994.